

GÊNESE DA ECONOMIA CACAUEIRA E DA FIRMA WILDBERGER

GILBERTO WILDBERGER DE ALMEIDA¹

I. Antecedentes

A firma Wildberger foi, efetivamente, fundada em 1903; porém, existe um conjunto de eventos que precisa ser contextualizado para que se possa apreender o momento histórico de então, sobretudo numa perspectiva de história econômica. Convém, assim, registrar que o chocolate foi levado para a Europa pelos espanhóis, em torno do século XVII; porém, sob a forma de um simples pó de cacau, que, misturado em água quente, resultava numa bebida amarga, consumida com açúcar. Apenas no século XIX, os suíços desenvolveram a receita de se misturar ao cacau leite e açúcar, além de espessantes e de outros ingredientes eventuais, como amêndoas e nozes, cujo resultado foi chamado de chocolate.¹ A referência ao leite usado no produto ficava explícita no sufixo *late*, reescrito do italiano *latte*. O chocolate como produto foi um sucesso na Europa. Seu consumo cresceu, enormemente, em todos os países europeus, sobretudo naqueles onde a Revolução Industrial os havia catapultado para uma situação de melhoria de renda generalizada, como Inglaterra, França, Alemanha. A fabricação do chocolate, inicialmente feita por empresas chocolateiras suíças, ao longo do século XIX expandiu-se para outros países europeus consumidores de chocolate; notadamente, Bélgica, Alemanha, França, Holanda, Itália e

* Gilberto Wildberger de Almeida é professor associado na UFBA, onde ensina no Pós-Com da Facom, e na graduação da Escola de Administração. É neto de Emil Wildberger, o fundador da firma Wildberger. Este texto foi escrito a partir das anotações do autor feitas por ocasião da sua apresentação oral no Simpósio Internacional Cacau e Chocolate: Percursos entre Produtores e Consumidores, no dia 29 de março de 2011, no ICBA, Instituto Cultural Brasil Alemanha, em Salvador, BA.

¹ A biblioteca da Ceplac, na sua sede situada na rodovia entre as cidades de Itabuna e Ilhéus, dispõe de vários livros sobre a história do chocolate.

Inglaterra. Esta expansão ocasionou a necessidade de suprimento de cacau, o que exigia melhor organização da produção e do comércio exportador de amêndoas de cacau nos países produtores.²

Como o cacauzeiro é uma árvore oriunda da América do Sul e América Central, no século XIX, a produção do cacau ocorria nesta parte do mundo. Ingleses e franceses levaram mudas de cacauzeiros para a África Ocidental, onde houve uma perfeita adaptação da planta; mas isso só aconteceu depois de 1930. Os vales do Orinoco e do Amazonas foram os primeiros fornecedores de cacau para as empresas chocolateiras da Europa. Assim, o cidadão suíço Emil Wildberger, nascido no cantão de Schaffhausen no ano de 1871, foi contratado, em 1892, para vir para a América do Sul para trabalhar na compra local de cacau e embarcá-lo para a Europa. Vejamos, então, um pouco sobre as origens do fundador da firma Wildberger.

Há uma pequena vila, ou aldeia, a sudoeste de Stuttgart, chamada Wildberg, na região da Floresta Negra, ou Schwarzwald. É possível que dali tivesse partido os Wildbergers para a Suíça; provavelmente, em busca de um local mais seguro para se viver, posto que aquela região foi palco de encarniçadas guerras religiosas ao longo dos séculos XVI, XVII até parte do século XVIII. Emil Wildberger nasceu na vila de Neunkirch, cantão de Schaffhausen, onde ainda hoje existem várias pessoas com o mesmo sobrenome, ao lado de outros que se chamam Waldvogel, Uehlinger e Schärer. Após os estudos básicos, o jovem Emil trabalhou no Banco Cantonal de Schaffhausen, tendo prosseguido na condição de estudante estagiário em Paris, com passagem por um banco e de casas exportadoras importadoras. Em 1892, uma casa de importação de cacau com forte presença na Venezuela fechou as portas, em Paris, devido à disseminação da praga da vassoura-de-bruxa nos cacauais venezuelanos. No mesmo ano, Emil candidatou-se a uma vaga oferecida pela firma C. F. Keller & Cia. para um posto de trabalho nos escritórios da empresa na Bahia, região que despontava como provável substituta, como fornecedora de cacau, à Venezuela. No fim desse ano de 1892, chegavam à Bahia dois jovens suíços para assu-

² Para uma consulta a estatísticas referentes ao aumento do consumo europeu, e mundial, de chocolate, o leitor deverá ir à biblioteca da Ceplac. A antiga Abec, Associação dos Exportadores de Cacau possuía todas essas informações. Paulo Peixinho, *ex-trader* bastante atuante na firma CBC, de Urs Joho, na bolsa de futuros de cacau, atualmente apenas um produtor de cacau, tem em seus arquivos preciosos dados estatísticos (<paulopeixinho@hotmail.com>). Outra alternativa seria consultar Thomas Hartmann (<cacauth@atarde.com.br>), *ex-diretor* da Barreto de Araujo Industrial e *ex-diretor* da Abic, Associação Brasileira das Indústrias de Cacau.

mirem postos de trabalho na firma C. F. Keller: Emil Wildberger, aos 21 anos, e Karl Neeser, que viriam, daí a cinco anos, casar com duas irmãs baianas da família Urpia, filhas do comerciante Horácio Urpia, que, dentre outras, coisas era o proprietário das Salinas da Margarida.

Carlos Ferdinand Keller, o patrão do jovem Wildberger precisava encontrar meios e modos para contribuir para que acontecesse o aumento da produção física de cacau na Bahia. Desde quando foi feito o primeiro experimento de plantio de cacau na Bahia, na fazenda Cubículo, localizada no baixo rio Pardo, bem perto de Canavieiras, a produção só crescia, mas ainda exibia um volume diminuto. Em 1890, Ilhéus produziu 10.000 sacos de cacau, e Canavieiras um pouco mais que isso. Era preciso estimular o aumento da área plantada, para que fosse possível alcançar um volume maior de exportação, e, portanto, de lucros para a casa exportadora. Numa região na qual o Estado era ausente, pois só havia matas, índios e chuvas, muita chuva, a produção de açúcar não era tão propícia quanto a registrada no Recôncavo baiano, ou em Alagoas e Pernambuco, de modo que o cenário-alvo para o desenvolvimento do trabalho era de total abandono. Em decorrência da mata fechada, havia abundância, sim, de mosquitos. A malária assolava a região, que, embora despovoada, abrigava algumas dezenas de pequenos povoados.

Se a região onde a C. F. Keller operava soía ser uma “mata virgem” em todos os sentidos, o Brasil exibia algumas características que favoreciam a chegada de firmas exportadoras desejosas de contribuir, mesmo organizar o aumento da produção, que teria de ser feito por meio do crédito privado. Ou seja, para estimular fazendeiros a plantarem cacau era necessário assegurar-lhes a compra da produção. Mais ainda, era necessário adiantar-lhes dinheiro para que eles empreendessem o plantio do cacau sob a mata existente. Consequentemente, fácil é perceber que as primeiras casas exportadoras atuaram, também, como casas bancárias, exercendo atividades de fomento, tal qual hoje o fazem os Bancos de Desenvolvimento.

Era preciso confiar na estabilidade institucional e política do Brasil do século XIX. O cenário era bastante propício para tanto. O Império brasileiro foi uma espécie de bastião do conservadorismo mundial. As ideias de modernidade, de democracia, de produção local para o mercado interno eram discutidas, apenas, em ambientes restritos de intelectuais do Rio de Janeiro, a capital do Império. Nas demais províncias, havia uma pequeníssima nata de pessoas alfabetizadas, vivendo ao lado de uma

maioria de analfabetos ou de semianalfabetos dedicados de corpo e alma à faina rural.³

No século XIX, a escravidão ainda vigorava no Brasil. O país foi a última nação a decretar o seu fim. Mesmo assim, depois de decretado o fim da escravidão, a produção rural foi percebida como tão vulnerável (pois se temia aumento de custos de produção que inviabilizaria a produção de produtos primários para exportação), que os aristocratas brasileiros, proprietários de terra, convidaram o exército a assumir os destinos da nação. Era preciso mudar de Império para República para que tudo fosse mantido do mesmo jeito que antes, como no romance *O Leopardo*, de Tomasi di Lampedusa, a respeito do impacto da unificação da Itália na aristocracia siciliana. Vale observar que a chegada de Emil Wildberger ao Brasil ocorreu pouco depois do golpe militar que decretou a República no Brasil.

Em síntese, em 1892 a escravidão estava posta como extinta; porém, mantida na prática, através do sistema do “barracão”, pelo qual o dono da terra pagava ao trabalhador não com salário, como seria de esperar, mas sim com o pagamento em gêneros alimentícios, geralmente cobrados bem mais caros aos trabalhadores, que assim viviam em débito permanente com o fazendeiro. Essa forma de vínculo de trabalho que se manteve durante muito tempo em todo o Brasil, na verdade, era um sistema de semiescravidão. A República pouco alterou a condução hiperconservadora do país. A maioria da população era mantida analfabeta, a visão de país como, essencialmente, produtor de matérias-primas defendida pela classe dominante no Império, foi, cuidadosamente, mantida na República.⁴

Portanto, na perspectiva de uma casa exportadora de cacau, o cenário político institucional era favorável à concessão de crédito para que se alcançasse um significativo aumento na produção física de cacau, pois a conjuntura política era a de garantir todos os direitos à classe de proprietários. E, assim, foi feito: a expansão da cultura do cacau na Bahia deveu-se a uma dupla ação: por uma parte, a iniciativa de pessoas dispostas a se embrenhar na mata para plantar cacauzeiros na sombra das grandes árvo-

³ Para uma leitura sobre a formação do Brasil, alguns autores são recomendados: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*; Caio Prado Júnior, *História econômica do Brasil*; Jacob Gorender, *O escravismo colonial*; Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*; Raimundo Faoro, *Os donos do poder*, Darcy Ribeiro e outros.

⁴ Sobre a visão conservadora de país defendida desde o Império vale ler o livro de Jorge Caldeira sobre o Barão de Mauá, onde o autor narra as dificuldades daquele que pretendia trazer indústrias para o Brasil, e de como o imperador e seu ministério opôs-lhe ferrenha resistência.

res, história, de resto, muito bem contada por Jorge Amado nos seus livros *Terras do sem fim* e *São Jorge dos Ilhéus*; por outra parte, a ação de financiadores privados, as casas exportadoras de cacau, que lhes asseguravam recursos financeiros e esperavam a frutificação das roças, quando ocorria o ressarcimento dos débitos contraídos no plantio. Durante o processo, o Estado manteve-se afastado, sem investir em infraestrutura de nenhuma espécie, nada de estradas, escolas ou hospitais. Faço um parêntese nesta assertiva sobre a total ausência do Estado: na última década do século XIX, durante os governos dos dois marechais presidentes alagoanos, Rui Barbosa conseguiu trazer para a Bahia o projeto de uma ferrovia que deveria conectar a região produtora de cacau com a baía de Todos os Santos. Este assunto será tratado mais adiante.

De todo o modo, região cresceu sob a égide dos coronéis, que lhe mantinha ordenada consoante os antigos valores do Império, e dos exportadores, que viabilizavam a conexão do produtor com a economia monetizada. Os coronéis eram convenientes para os presidentes da província da Bahia, que depois de 1889 passaram a ser chamados de governadores do estado da Bahia. Os coronéis garantiam votos para os políticos conservadores, e, em contrapartida, estes políticos deixavam a região entregue aos coronéis, que sabiam usar como ninguém o poder de polícia inerente ao poder institucionalizado. Claro, o poder de polícia usado pelos coronéis transformava-os em pequenos déspotas locais.⁵

2.A primeira fase da firma Wildeberger, 1903 a 1914

Já em 1903, portanto meros onze anos depois da chegada de Emil Wildeberger ao Brasil, a Bahia exportou 246.793 sacos de cacau, dos quais 123.200 provinham de Ilhéus e 102.195 de Canavieiras e Belmonte.⁶ Esses dados mostram que houve resposta local aos estímulos para expansão da produção. Com efeito, o dono da firma C. F. Keller estava tão satisfeito com os lucros do negócio exportador, que resolveu instalar-se, definitivamente, em Paris, onde passou a atuar, exclusivamente, como comerciante importador de mercadorias tropicais.

Ao retirar-se da frente ativa dos negócios na Bahia, Carlos Ferdinand Keller transferiu para seus dois principais colaboradores suas ações na firma.

⁵ Sugere-se a leitura do livro de Gustavo Falcon, *Os coronéis do cacau*.

⁶ Dados de Arnold Wildeberger no livro citado acima.

Assim, foi constituída uma firma sucessora, composta por Hermann Braem e Emil Wildberger, ambos suíços, este último com 32 anos, como sócios majoritários, e Carlos F Keller mantido como sócio minoritário. Este era mantido como sócio para que os clientes do interior compreendessem que a firma Braem, Wilberger & Cia. era a legítima sucessora de C. F. Keller & Cia. Poucos meses após esses fatos, na passagem do ano-novo, entre 1903 e 1904, o sócio Hermann Braem morreu na Suíça, passando a nova firma operar sob o nome de Wildberger & Cia.

A projeção da percepção de ser sucessora da C. F. Keller era importante, pois, àquela altura, o montante de recursos adiantado a fazendeiros para que instalassem novas roças de cacau já era significativo. O risco de calote já era grande, mas, como todo negócio de crédito, seria diluído à medida que o volume total das operações crescesse. E assim aconteceu. A nova firma expandiu, ainda mais, a vertente bancária do negócio, tendo aumentado o crédito aos produtores, fazendo da compra antecipada de safra uma prática corrente, comum, na região cacauzeira baiana. Além do mais, foi providenciada a compra de embarcações para transportar o cacau recolhido em Belmonte, Canavieiras e Ilhéus e levá-lo para Salvador, onde seria reembarcado para a Europa. A operação logística própria impunha que os custos de deslocamento fossem todos cobertos, o que fez a nova firma incluir, na sua operação, a venda de mercadorias transportadas de Salvador para a região cacauzeira. Destarte, já na primeira década do século XX, a firma Wildberger & Cia. operava com um *mix* de negócios cujo carro-chefe era a compra de cacau no mercado interno e sua exportação, bem como o aspecto financeiro da operação, bancário mesmo, que incluía concessão de crédito aos produtores, para expansão de novas roças e para compra antecipada da safra. Para completar a operação, a operação logística era compensada pelo fornecimento de materiais de construção e gêneros alimentícios, que eram vendidos ao público em geral nas cidades onde a firma mantinha escritório de compra de cacau (filiais). Vale lembrar que não havia estradas de rodagem na região, e que toda a circulação de mercadorias acontecia em tropas de burros, canoas e navios. Estes foram grandes veleiros, depois substituídos por navios a vapor,⁷ que traziam todo o cacau comprado na região para ser exportado saindo do porto da cidade da Bahia, como era chamada Salvador.

⁷ O vapor “Itapicuru”, por exemplo, tinha capacidade para 1.600 sacos de cacau, o que corresponde a 96 toneladas, ou sejam, quase onze caminhões médios de nove toneladas; além de carga, transportava dezenove passageiros.

Esse modelo de negócios foi mantido com sucesso durante muito tempo. Porém, havia um risco sistêmico embutido no negócio, inerente a uma operação de comércio exterior sujeita a variáveis não controláveis, como crises financeiras, guerras, no *front* externo, bem como secas e enchentes no *front* interno. Com efeito, as enchentes nos rios Pardo e Jequitinhonha eram frequentes, o que acarretava grandes prejuízos. Nessas ocasiões, os fazendeiros atingidos ficavam inadimplentes. Então, era necessária muita paciência e habilidade na negociação do juro e do prazo, necessariamente longo, para superar a situação. Devido ao risco elevado de enchentes, a firma Wildeberger decidiu incentivar a expansão das roças em outras regiões. Foi então que as matas ao norte de Ilhéus começaram a ser “ca-brucadas” mediante o financiamento da firma. Mas, havia uma recomendação tácita de não se ir além do rio de Contas, pois se julgava que ali seria o limite para a instalação de roças de cacau. Wildeberger & Cia. marcou forte presença nesta região de expansão da lavoura, mas manteve-se nos limites aceitos então, não se aventurando na margem esquerda do rio de Contas. Aconteceu um fenômeno interessante no que tange às matas ao norte do rio de Contas.⁸

Em torno de 1910, 1912, começou a ser oferecido no mercado interno de cacau, em Ilhéus, onde havia grande quantidade de firmas compradoras de todos os tamanhos, a produção de cacau de fazendas situadas ao norte do rio de Contas. Era um cacau de péssima qualidade, cotado em Ilhéus a preços bem abaixo da média. Desbravadores de terras tinham descido de Jequié, Santa Inês e Santo Antônio de Jesus para as matas de Ipiaú, Gandu e cercanias e plantaram cacau. Essas pessoas tinham entrado em contato com a lavoura de café, já existente nas terras altas de Santa Inês e Jaguaquara, antes de lidarem com o cacau. A notícia de que o cacau da margem esquerda do rio de Contas era ruim circulou rapidamente em toda a região cacauera, e logo se difundiu o estigma de que havia um limite norte para a produção de boas amêndoas de cacau.

Contudo, havia um tipo de comerciante itinerante, denominado de *mascate*, pelo fato de a maioria descender de imigrantes do Oriente Médio, que por força da sua atividade obtiveram uma visão privilegiada dos

⁸ O relato a seguir foi feito ao meu pai, Gilberto Farias de Almeida, que médico, atendeu durante seis meses um paciente que à época do tratamento era considerado um pequeno a médio produtor de cacau nas matas ao norte de Ipiaú. Ele havia nascido na Síria e vindo para o Brasil na adolescência.

fatos. Como os mascates viviam do comércio de tecidos, miudezas, ferramentas, utensílios domésticos, etc., eles davam capilaridade à região quanto à circulação da informação, cumpriam a função de vínculo com o mundo exterior. Eles supriam de novidades aquelas fazendas afastadas de tudo, desprovidas de luz elétrica, um absoluto ermo. Gabriel García Márquez descreve uma figura correspondente ao mascate na Colômbia, na figura de um cigano vendedor de bugigangas, que visitava Macondo de quando em vez, no romance *Cem anos de solidão*. Tal cigano fazia o papel de jornal, de difusor de moda, igual aos nossos mascates.

Pois bem, eis que vários desses mascates perambulavam pela região do cacau até o sertão. A Estrada de Ferro de Nazaré, aquele projeto antigo de conectar a região cacauzeira com o Recôncavo baiano tinha, finalmente, sido construída, mas tinha ficado inconclusa, pois a perna norte, que ligava Nazaré a Jequié fora construída. Mas da perna sul, a que conectaria Ilhéus com Jequié, foi construída apenas um pequeno pedaço, tendo os trilhos partidos de Ilhéus, alcançado o rio de Contas, e ali morrido onde hoje é Aurelino Leal. Como os mascates costumavam mandar levar mercadorias de Salvador para Jequié de trem, eles iam lá com bastante frequência para receber o que seria vendido nas fazendas de cacau. Para isso, eles tinham de viajar pela margem esquerda do rio de Contas, o famigerado limite norte para terras aptas para o bom cacau. Foi então que esses mascates perceberam o porquê do cacau inferior daquelas matas.

Ao visitar as fazendas da banda norte do rio de Contas, logo alguns mascates perceberam que aqueles fazendeiros beneficiavam o cacau da mesma forma que se procedia com o café. Na lavoura de café, logo após a colheita, as frutas de café precisam ser espalhadas no terreiro para evitar que fermentem. Uma vez fermentado, o grão de café fica ardido, sem valor comercial. Aqueles desbravadores que desceram para as matas pelo trem trouxeram com eles a experiência da lavoura de café. Só que na lavoura do cacau o procedimento era inverso. Para que a amêndoa do cacau obtenha preço em razão de sua boa qualidade, é preciso que logo após a colheita da fruta do cacau, as amêndoas sejam postas para fermentar abafadas em grandes coxos. Esta diferença de procedimento, na verdade um erro no beneficiamento do produto, trouxe um estigma para a banda norte. Mas, trouxe, também, uma enorme oportunidade para os mascates, que compraram a preços bem baratos grandes extensões de mata virgem, indesejadas como não aptas para a lavoura de cacau. Muitos desses mascates enrique-

ceram, pois foi bastante proceder da maneira correta para produzir cacau de qualidade tão boa quanto o das outras regiões tradicionais.⁹ Vale registrar que a firma Wildberger expandiu bastante os financiamentos para implantação de novas roças nas novas regiões de Camacan, Itapebi, Itajuípe e Uruçuca, além de Tabocas já Itabuna, Ilhéus e Buerarema, porém houve pouca atuação na banda norte do rio de Contas.

3.A Primeira Guerra

O comércio exterior é bastante sensível a crises, mas uma guerra generalizada nos países que representam o principal mercado de uma firma exportadora pode ser uma catástrofe. Não foi diferente em 1914, quando as nações europeias foram a guerra entre si. A guerra produziu dois efeitos no comércio de cacau na Bahia. Por uma parte, antevendo o aumento do consumo do chocolate pelas tropas dos países beligerantes, o mercado europeu comprador de cacau ficou aquecido, daí o preço do cacau subiu. Por outra parte, a guerra em si trouxe um desarranjo nos mercados financeiros, os bancos cortaram o crédito, logo, com menos dinheiro circulando houve um quase pânico financeiro, o que fez, num segundo momento, o preço do cacau descer nos mercados europeus. No Brasil a situação se complicou ainda mais, pois devido à incerteza nos mercados de matérias-primas, o país teve dificuldade de fazer divisas para honrar seus compromissos internacionais, então o governo federal decretou moratória. Arnold Wildberger¹⁰ relata que a região de cacau sofreu absoluta falta de dinheiro circulante. Para contornar a situação, Emil Wildberger teve de reunir grande quantidade de moedas e coordenou a compra de cacau mediante o pagamento em sacos de moedas, sobretudo em Tabocas, o ex-distrito de Ilhéus que já era Itabuna, onde a falta de dinheiro circulante esteve a ponto de produzir um caos social.

⁹ Alguns desses mascates tinham por sobrenome: Tiara, Nasser Borges, Muniz, e tantos outros que se deram bem, mas em proporção menor aos citados. Estes lograram enorme sucesso, tendo conseguido produzir grande quantidade de arrobas de cacau em suas fazendas na banda norte do rio de Contas. O paciente do meu pai, contudo, viveu este momento, mas abriu poucas roças para si.

¹⁰ Arnold Wildberger, filho de Emil Wildberger, o sucedeu no comando da firma em 1946. Além de exportador de cacau, e cônsul da Bélgica, Arnold era um memorialista, tendo escrito um livro onde listou todos os governadores e presidentes de província da Bahia. Ademais, seus registros sobre a firma Wildberger bem como sobre o Consulado da Bélgica na Bahia foram úteis para o autor elaborar este texto. Seu relato mais importante para fonte deste texto foi o opúsculo *Meu pai Emil Wildberger*, publicado por Arnold em 1979, com pequena tiragem de duzentos exemplares, editada pela Gráfica Ignoramus, do seu neto Ricardo Wildberger Lisboa, primo em segundo grau do autor.

A guerra e a moratória brasileira, portanto, trouxeram dificuldades para o mercado interno. A maioria dos concorrentes da firma Wildberger & Cia. encolheu as operações diante do aperto de crédito. Emil Wildberger, entretanto, aproveitou a crise para, justamente, expandir suas operações no mercado interno: aproveitou-se de suas conexões na Europa, cuidadosamente mantidas em constantes viagens feitas ao velho continente, e assim ele contratou um crédito rotativo com banqueiros europeus que asseguraram enorme vantagem competitiva sobre seus concorrentes, que não conseguiam acesso a crédito; sobretudo, em virtude da moratória brasileira. Ao terminar a guerra, em 1918, a firma Wildberger & Cia. já era senão a maior, seguramente uma das maiores empresas ativas na comercialização de cacau.

O modo de operar de Emil era muito claro. No mercado interno, a ordem era atender aos produtores em tudo que fosse preciso. Não bastava comprar-lhes o cacau pelo melhor preço, era preciso oferecer-lhes crédito e facilidades, como a compra por pagamento antecipado da safra a ser colhida. Ademais, numa época de falta de mercadorias, a firma lhes vendia utensílios, móveis para a casa, gêneros alimentícios; enfim, o que fosse preciso para cativar o cliente. Dir-se-ia, hoje, que Wildberger adotava práticas de Relações Públicas e de Marketing de Relacionamento com sua clientela interna. No mercado externo, Emil cuidava de manter excelente relacionamento com banqueiros, chocolateiros, importadores e pessoas influentes. Suas viagens constantes à Europa visavam a manter laços de negócios e ampliar a carteira de clientes chocolateiros e importadores europeus. Por isso, ele conseguiu crédito durante a moratória brasileira. Vale registrar que a Embaixada Suíça, instalada no Rio de Janeiro, convidou-o, em 1906, para ser o cônsul da Suíça na Bahia. Ao aceitar, Emil via seu conceito entre os banqueiros europeus subir. Ser cônsul da Suíça era como ser aferido por uma empresa de classificação de crédito como confiável grau A, algo que o punha quilômetros adiante dos concorrentes locais.

4.A crise na Bolsa de Nova York

Embora a enchente nos rios Pardo e Jequitinhonha, em 1918, tenha trazido grandes prejuízos à firma Wildberger, de um modo geral, malgrado a destruição da guerra que se encerrava, e da epidemia da gripe espanhola, para os negócios tudo corria bem. Nos anos 20, houve uma expansão nos negócios de navegação, tendo a firma se tornado agente de várias empresas armadoras. Mais ainda, a firma abriu parceria com comerciantes importa-

dores em novos mercados, notadamente na América do Norte. Nova York, Filadélfia, Boston, Montreal e Toronto passaram a comprar cacau baiano através de Wildberger. Este fato espelha a pujança da economia americana, que, depois da Primeira Grande Guerra, assumiu o posto de maior economia do planeta.

Na Bahia, aconteciam mudanças, sobretudo no que concerne à população. Cito Arnold Wildberger (p. 31 do seu livro citado): “Entre 1892 (ano da chegada de Wildberger à Bahia) e 1920 a população do Eixo Ilhéus/Itabuna passou de 7.620 habitantes para 105.892, correspondendo a um crescimento médio anual da ordem de 6,98%, enquanto o crescimento da população do estado, no mesmo período, era de 1,99% ao ano”. Tabocas já havia se tornado Itabuna, e para lá afluíram levas de sergipanos e baianos do sertão. A economia urbana crescia, de modo que vários comerciantes de mercadorias de consumo, necessários para a vida cotidiana, obtiveram bons resultados, transformando a região num polo de crescimento de toda a sorte de negócios. A produção física de cacau também cresceu bastante: em 1922, a região produziu 722.091 sacos de cacau, dos quais a firma Wildberger exportara 102.059 sacos, ou 14,13%. Este número mostra quão competitivo era o mercado interno, pois uma das maiores firmas, em 1922, movimentava apenas cerca de 14% do volume total produzido. Mesmo assim, 722 mil sacos significam meras 12 mil toneladas, o que mostra que a região ainda haveria de crescer bastante. Por outra parte, esta estatística de então revela como o comércio de cacau era competitivo.

Com efeito, eram muitos os concorrentes, alguns suíços (Kaufmann, Manz, Rapold, Stoltenberg), outros, italianos (Bartilotti, Scaldaferrri na exportação, Paternostro, Magnavita atuantes no comércio interno), alemães (Rodenburg, Overbeck, Behrmann, von Usler, Schoppmeyer), ingleses (Stevenson, Duder) além dos vários comerciantes brasileiros (M. Joaquim de Carvalho, Correa Ribeiro, e tantos outros).

Embora a economia do cacau crescesse, a sociedade continuava asentada nas mesmas bases institucionais. Os coronéis do cacau continuavam a assegurar votos de cabresto para os políticos da capital, que, em contrapartida, delegavam-lhes o poder de polícia na região. As relações de trabalho continuavam as mesmas desde o século anterior, mantido o sistema do barracão, de semiescravidão. Aos coronéis bastava o poder de polícia para calar os desafetos. Nada de investimentos públicos em transportes, saúde e educação. A expansão da economia resultante do aumento da

produção era apropriada, tão somente, pelos proprietários de roças de cacau. Como era uma atividade baseada em força de trabalho, e como a força de trabalho quase não era remunerada em dinheiro, o resultado auferido socialmente soía ser concentrado, ou seja, tratava-se de uma economia na qual a acumulação de capital ocorria de modo bastante concentrado, sem proporcionar compras internas suficientes para dinamizar uma economia complementar ao cacau, tal como aconteceu com o café, este, sim, grande demandante de utensílios e ferramentas no mercado interno.¹¹ Ao contrário de São Paulo com o café, na Bahia, o cacau não teve a capacidade de estimular uma cadeia de suprimentos suficiente dinâmica para enriquecer a região como um todo. Em São Paulo, a economia do café possibilitou um crescimento endógeno, dinâmico, mas nada disso aconteceu com o cacau, cuja rusticidade na produção não proporcionou grandes impactos na economia interna, que engendrou baixa demanda agregada. Houve enriquecimento sim, mas de indivíduos, muitos dos quais dissiparam a fortuna recém-adquirida em consumo conspícuo.

Nesse panorama de expansão, ao longo da década de 20, aconteceu um fenômeno que jogou uma ducha de água fria na região cacauzeira. Eis que a maior economia de então, a americana, foi à lona, em decorrência de excessiva especulação bancária que induziu as fábricas a produzirem mais do que o mercado conseguia absorver. O excesso de mercadorias sem vender levou as empresas a pararem de pagar aos bancos, que, em 1929, começaram a quebrar. A quebra dos bancos travou toda a economia, que, finalmente, desmoronou no final do fatídico ano de 1929. A crise de 29 repercutiu no mundo inteiro, pois a maior economia do mundo, a que mais comprava mercadorias de todos os rincões da Terra, simplesmente, parou de funcionar. Sem compradores, todas as *commodities* encaharam nos portos, nos armazéns. Após o que, os preços bateram no chão. Se uma arroba de cacau era vendida no mercado por cem “dinheiros”, em dezembro de 1929 passou a valer centavos de dinheiro.¹²

Nessa situação, todos perdiam. Quase todos os fazendeiros tinham recebido antecipação de safra, crédito que seria saldado com a entrega do

¹¹ Ver Sergio Silva. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*, livro de 1986 sobre o impacto do café na formação do capitalismo brasileiro, sobretudo em São Paulo.

¹² A crise de 29/30 causou o fechamento da Bolsa de Mercadorias da Bahia, que havia sido organizada por exportadores em 1926, dentre outros por Oscar Cordeiro e Herbert Rodenburg, este último alemão. A BMB abrigava um contrato a termo de cacau, e teria possibilidade de vir a tornar-se uma referência mundial no comércio de cacau, se tivesse superado a crise 1930.

cacau. Mas, como saldar o débito contraído, se o cacau deixava de valer alguma coisa? Para os exportadores a situação era a mesma. Eles haviam espalhado dinheiro por toda a região do cacau, mas receberiam em troca mercadoria sem valor. Portanto, em 1930, fazendeiros e exportadores, pressionados pelos bancos, vieram à falência em grande, enorme quantidade. Os bancos temiam, eles mesmos, ver sua saúde financeira abalada, tamanho o calote em cadeia na região cacauera. Quando os bancos menores começaram a falir, Emil Wildberger, também ameaçado de amargar o mesmo destino, tratou de resolver a situação de forma parecida com a crise da Primeira Guerra: foi negociar com os grandes bancos europeus uma linha de crédito com prazo longo o suficiente que permitisse esperar pela lenta, mas certa recuperação da economia mundial. Wildberger apostava na superação mundial da crise e no retorno à normalidade em poucos anos.

Assim foi, em plena tormenta financeira, que Wildberger conseguiu com o ramo francês dos Rothschild uma linha de crédito de cinco anos para cobrir as operações deficitárias em carteira. Mas os Rothschild exigiram, para isso, que fosse entregue em garantia do empréstimo a hipoteca de fazendas, armazéns, navios e ações de empresas exportadoras. Enfim, queriam garantias reais, materiais, físicas. Além de oferecer em hipoteca todos os bens da firma Wildberger & Cia., era necessário reunir a hipoteca de todas as fazendas dos produtores em débito, além do patrimônio de inúmeras firmas que aceitaram escapar da falência em troca da operação financeira gigante, um verdadeiro guarda-chuva, capitaneada por Emil Wildberger.

A crise foi longa, e infligiu um preço alto à região cacauera. A maioria dos fazendeiros perdeu suas roças, pois não conseguiram resgatar suas hipotecas aos bancos e à firma Wildberger. O mesmo se passou com muitas firmas exportadoras, que foram absorvidas por Wildberger, como foi o caso de Rapold, Manz & Cia, e muitas outras. Porém, cinco anos depois, o mercado já havia se recuperado o suficiente para permitir a Wildberger a pagar sua dívida com a casa Rothschild francesa. Ademais, os fazendeiros que conseguiram atravessar a crise, sem perder suas roças, enriqueceram a partir de 1934, mais ou menos, pois os preços voltaram a subir no mercado internacional.

Desde 1932 Wildberger deparou-se com uma situação inusitada: ter de operar fazendas de cacau. A firma nunca tinha entrado na produção de cacau, e, de repente, tinha de administrar centenas de fazendas espalhadas

por quase toda a região cacauceira. As crises, realmente, trazem mudanças. Um exame superficial nos livros contábeis da Companhia Agrícola Cacauceira, firma organizada por Wildberger, em 1936, para assumir a gestão das fazendas de cacau, mostra três fenômenos interessantes. O primeiro deles diz respeito à introdução da prática de se pagar salário mínimo aos trabalhadores das fazendas da CAC. Em 1930, Getúlio Vargas havia tomado posse na Presidência da República. Hostilizado pela elite proprietária de terras de São Paulo e Minas Gerais, que, em 1932, pegaram em armas numa tentativa de depô-lo, Getúlio buscou ampliar sua legitimação no poder por meio do apoio amplo da população trabalhadora. Os trabalhadores do Brasil viviam em completo abandono, à mercê de fazendeiros que não lhes pagavam salários, e de comerciantes urbanos que lhes pagavam uma remuneração meramente suficiente para que se mantivessem vivos. Vargas introduziu a legislação trabalhista, a exigência de pagamento de salário mínimo fixado por lei, bem como a Previdência Social. Destarte, Vargas manteve-se no poder com amplo apoio das classes trabalhadoras, não obstante sua inclinação ao fascismo italiano, e admiração por Mussolini.

Essas novidades trabalhistas não foram adotadas de pronto pelo Brasil afora. A maioria das fazendas continuou a manter o velho sistema do barracão. Mas Emil Wildberger, temeroso de sofrer perseguição por não ser cidadão brasileiro, tratou de mandar que a lei fosse cumprida à risca, de modo que todos os trabalhadores rurais da CAC tiveram carteira de trabalho assinada e passaram a receber salário mínimo. Houve resistência e muitas críticas advindas de vizinhos de fazenda, que se recusavam a pagar salário em dinheiro aos trabalhadores.

O segundo aspecto interessante obtido da leitura dos livros da CAC diz respeito às compras internas feitas de suprimentos e utensílios de produção. Em princípio, a região cacauceira não produzia outra coisa, senão cacau e banana, esta devido à necessidade de sombreamento para novas roças. As fazendas demandavam tropas de burros e mulas, gêneros alimentícios e utensílios de couro, tipo arreios, selas, cangalhas, etc. Houve, sim, uma integração econômica com a região de pecuária situada a oeste da região cacauceira. Fazendeiros de gado, de Santa Inês até Conquista, forneciam esses itens para a região cacauceira, o que resultou num estímulo para a ocupação dessa região de pecuária limítrofe com a região cacauceira. Cidades como Itambé, Itapetinga, Potiraguá, Macarani e outras passaram a existir formalmente a partir desse período.

A terceira observação interessante é que esta integração de regiões ensejou a transição do transporte marítimo e fluvial para o rodoviário, é verdade que já na década de 40. Mas, de todo o modo, a demanda agregada das fazendas de cacau estimulou a abertura de caminhos rudimentares que começaram a ser trilhados por veículos de quatro rodas. Quando a rodovia Rio-Bahia foi aberta, nos anos cinquenta, o meio de transporte predominante passou a ser o rodoviário, embora os “vapores” Camacan e Itapicuru, da firma Wildberger, tivessem sido mantidos na ativa, no transporte marítimo do cacau, até o começo dos anos sessenta.

5. Apogeu da firma

Os anos 30 marcam a entrada em cena de um importante ator que esteve ausente da região até então: o Estado. Diante da crise do começo da década, e do clamor dos coronéis que se viram ameaçados de sucumbir aos exportadores e ver suas roças hipotecadas executadas por falta de pagamento, o Estado, finalmente, fez-se presente na região cacauera. Num primeiro momento, na década de 30, a ação do Estado buscou apoiar a classe dominante local, em crise, o que confirmava a hipótese de o Estado, em teoria, atuar em benefício da classe social que exerce o poder na sociedade. Num segundo momento, a partir dos anos 40, o Estado planejou e executou melhorias na infraestrutura social na região cacauera, tendo levado escolas, hospitais e estradas.

Assim é que foi organizado, em 1931, o Instituto de Cacau da Bahia, um marco para a região. Coube ao ICB apoiar os fazendeiros inadimplentes com o comércio exportador, mediante contratos hipotecários de quinze a vinte anos, a juros módicos, um verdadeiro alívio para a classe produtora da região. Ademais, o ICB também passou a exportar cacau. A nova concorrente fez reduzir o volume relativo exportado pelas firmas exportadoras. Por exemplo, em 1927 Wildberger exportou 35,9% de toda a produção brasileira de cacau, considerado a maior participação relativa de uma firma no volume exportado. Depois da entrada do Instituto de Cacau da Bahia, no comércio exportador, houve uma redução relativa de todas as firmas exportadoras, mas, em compensação, ocorreu um aumento da produção total na região. Em 1927, o Brasil exportou 1.244.866 de sacos, ou seja, quase 21 mil toneladas. No fim da década de 30, o Brasil chegava perto de uma produção de 100 mil toneladas. Portanto, a entrada do ICB, no mercado, foi absorvida sem maiores traumas pelas firmas exportadoras.

Pelo contrário, foi uma concorrência bem-vinda, já que o ICB sinalizava ao mercado interno uma referência de preço, que, muitas vezes, era suplantado pelos concorrentes privados. Portanto, o segmento que mais se beneficiou foram os produtores, que viram a concorrência interna, na compra de cacau, ficar mais fortalecida.

De todo o modo, depois da entrada do ICB no mercado de cacau, Wildberger achou por bem diversificar seu risco, tendo aumentado o negócio de representação de navegação e transporte internacional de cargas em geral, além de ter começado a exportar café. O objetivo era se precaver contra um possível crescimento exagerado do Estado no comércio de cacau. Isso, de fato, aconteceu em 1943.

Na primeira metade do Governo Vargas, o interventor nomeado para governar a Bahia foi o tenente Juracy Magalhães. Vargas foi fiel à sua estratégia de buscar apoio na população em geral, até então totalmente desassistida, bem como entre a incipiente classe média urbana, da qual faziam parte jovens tenentes, como Juracy. Como interventor na Bahia, Juracy revelou-se um político sofisticado. Em vez de aplicar a força de modo indiscriminado, como seria de esperar de alguém formado no rigor do quartel, tinha sensibilidade para ouvir as partes interessadas antes de tomar decisões, quando, então, as mandava cumprir com determinação. O Instituto de Cacau da Bahia tinha sido fundado durante a interventoria de Juracy, de modo que sempre houve diálogo entre exportadores e Estado. Contudo, depois de decretado o Estado Novo, o ditador Getúlio nomeou como interventor na Bahia o general Renato Onofre Pinto Aleixo, que exercera o comando da Sexta Região Militar, com sede na Bahia. Ao contrário de Juracy, o general Pinto Aleixo não era homem de diálogo, e, pior, manifestava má vontade com o fato de haver tantos estrangeiros no comércio exportador de cacau. Em 1940, o ICB fez circular um estudo no qual havia recomendação de maior controle estatal do comércio exterior brasileiro, em geral, e particularmente, o comércio exportador de cacau. Em decorrência deste estudo, e de outras predisposições do Estado Novo de aumentar a participação do Estado na sociedade brasileira, tal qual Mussolini fizera na Itália, foi criada uma certa Delegação Regional da Comissão de Defesa da Economia Nacional, com a função de acompanhar e controlar todo e qualquer movimento de exportação de quaisquer produtos nacionais.

Entretanto, as firmas exportadoras continuaram a exportar cacau, os produtores continuaram a lhes vender cacau, de modo que o ICB não con-

seguia exportar mais do que um quarto do total da produção brasileira. Aparentemente, isso incomodava os fascistas que geriam o Estado brasileiro de então, que passaram a hostilizar os exportadores de origem estrangeira, como Wildberger. Em 1942, o Brasil entrou na guerra contra os países do Eixo. Foi, então, instituída uma Coordenação de Mobilização Econômica para coordenar a economia de guerra. Valendo-se dos poderes extraordinários desta Coordenação, o general Aleixo, finalmente, desferiu um golpe contra os exportadores de cacau. Em 19 de maio de 1943 ficou determinada a entrega compulsória de todo o cacau produzido na Bahia ao Instituto de Cacau. Da noite para o dia Pinto Aleixo punha à margem da lei toda a atividade privada de exportação de cacau. Mais ainda, o general Pinto Aleixo mandou prender alguns exportadores estrangeiros, dentre eles Emil Wildberger, sob a alegação de suspeita de atividades antibrasileiras.

Policiais invadiram os escritórios da firma, em dia de expediente normal, e levaram embora para uma delegacia de polícia Emil Wildberger, então um senhor viúvo com mais de setenta anos. Abriram arquivos e levaram como “prova” cartas e documentos escritos em alemão. Após interrogatório humilhante, conduzido por policiais agressivos, o velho Wildberger foi solto por falta de provas, já que os documentos referiam-se a transações de cacau e café feitos com clientes europeus.

O temor do excesso do Estado intervencionista materializava-se. As firmas exportadoras ficaram impedidas de atuar no mercado até o fim da guerra e conseqüente deposição de Getúlio, cujo Estado Novo tornava-se incompatível com os ventos de democracia que sopravam no mundo inteiro. Wildberger não esmorecia: durante o interdito fascista, a firma buscou expandir sua presença no mercado interno, trazendo a representação de equipamentos industriais e automóveis, resultante de contatos nos Estados Unidos. Assim, a firma trouxe para a Bahia a representação dos automóveis Studebaker e de companhias de navegação americanas. Nesse período, também, a firma comprou um terreno no comércio de Salvador, em área recém-aterrada para a expansão do porto, e iniciou a construção de um edifício comercial para onde seriam transferidos seus escritórios. Emil Wildberger não viu o novo prédio ser concluído, pois faleceu em janeiro de 1946. Quanto ao comércio exportador, ele ainda teve o prazer de ver o retorno à normalidade da concorrência. A volta das firmas exportadoras ao mercado de cacau foi saudada pelos produtores, que viram os preços da arroba do cacau voltar a ser objeto de disputa entre os exportadores.

Este relato é concluído aqui, tendo a morte de Emil Wildberger servido como limite da narrativa. A história da segunda metade deste segmento de produção e comércio fica como um desafio para o futuro. Desde logo, fica registrado que ocorreu um alargamento de atores, com a entrada em cena da indústria, do extensionismo rural, do enorme aumento do volume produzido e do encolhimento atual. Com efeito, o Brasil passou das cem mil toneladas produzidas por ano, nos anos cinquenta, para mais de quatrocentas mil toneladas por volta do final dos anos oitenta. Eis que um novo ator, deletério a não mais poder, a vassoura-de-bruxa, fez a região regredir ao volume produzido dos anos cinquenta.

Quanto à firma Wildberger, após a morte do seu fundador, a condução das operações ficou entregue aos filhos e dois diretores, ambos suíços. A firma marcou presença no mercado, com firmeza, durante toda a década de 50. Porém, no começo dos anos 60, houve uma cisão na empresa, que resultou no encolhimento das operações, até que a firma deixou de exportar por volta da metade dos anos 60.

Resumo

O autor faz uma recuperação histórica da região cacauera através da trajetória da firma exportadora de cacau que logrou ser a maior exportadora de cacau do Brasil, dentre todas as demais concorrentes, a partir dos anos 30 do século XX, até o começo dos anos 50. O contexto da região cacauera é analisado, em seus aspectos econômicos e sociais. A estrutura da produção, a concorrência e o ambiente político são considerados. Poucas fontes existem sobre a firma focada, a principal sendo o relato escrito pelo filho do seu fundador, Arnold Wildberger, tio do autor. Memórias de conversas familiares e relatos vividos por pessoas próximas ao autor foram usados como fonte.

Palavras-chave: Cacaicultura. Crise. Assentamentos rurais. Estrutura fundiária.

Abstract

This text analyses the cocoa producing region in Bahia, Brazil, through the history of the leading export firm which were particularly active during the first half of the XXth century. The production structure is focused, as well as its socioeconomic aspects. There are only a few sources to study a history of a firm. On this case, the son of the founder of the firm is the main source. The author, as grandson of the founder, relied on family memories and review of ancient accounting registers.

Key-words: Cacao. Crisis. Rural settlements. Land structure.